



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Aquisição de Mobiliário Escolar, Eletrodomésticos e Eletroeletrônicos para atender a Secretaria de Educação do Município de Nova Friburgo, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria de Educação
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico para Registro de Preços , nos termos do artigo 28, inciso I c/c o art. 17, § 2º c/c art. 78, inciso IV da Lei 14.133/2021 e art. 3º e incisos I e II do Decreto Federal nº 11.462/2023.
1.4	Período:	1 (um) ano
1.5	Tipo:	Menor preço por item , nos termos do art. 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021;

1.6. Aquisição de mobiliário escolar, eletrodomésticos e eletroeletrônicos para atender a Secretaria de Educação do Município de Nova Friburgo, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

COTA EXCLUSIVA				
CÓDIGO DE DESPESA: 449052-13			Mobiliário em geral	
ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO MATERIAL	U/C	QTD
1	280869	ARQUIVO EM AÇO CINZA COM 4 GAVETAS: tratamento especial da superfície; sistema de fechamento: com fechadura com 2 chaves; confeccionado em chapa de aço com cor platina, com corpo 22 e chapa portas 22; quatro gavetas e travamento único, fechamento através de tambor cilíndrico; com gavetas corrediças reguláveis; sistema de deslizamento das gavetas através de rolamento metálico em trilhos telescópicos de aço zincado; puxadores embutidos; pintura eletrostática em pó (epóxi) de alta qualidade e durabilidade; tratamento antiferrugem, cor cinza. Capacidade mínima: 35kg por gaveta; Altura mínima: 133cm; Profundidade mínima: 71cm; Largura mínima: 47cm. O produto deve estar montado e embalado individualmente em plástico transparente e/ou papelão.	UND	26



2	287813	ARMÁRIO ROUPEIRO DE AÇO COM 12 PORTAS: U 27, cor cinza cristal e pés fixos de aço, com pitão para cadeado; tratamento especial da superfície e pés com sapatas plásticas protetoras; confeccionado em chapa de aço com corpo 22 e portas 22; medindo no mínimo 1,96m x 0,93m x 0,36m; pintura eletrostática em pó (epóxi) de alta qualidade e durabilidade; tratamento antiferrugem, cor cinza. Deve ser entregue montado e embalado individualmente em plástico transparente e/ou papelão.	UND	27
3	238171	CADEIRA GIRATÓRIA COM BRAÇO - EXECUTIVA: ESTRUTURA E ESTOFAMENTO NA COR PRETA - Cadeira executiva, constituída de assento, encosto, mecanismo, apoios de braço, coluna a gás e base com rodízio. O assento é formado por uma estrutura plástica injetada em polipropileno com fibra de vidro com porcas garra ¼" fixadas nos pontos de montagem dos mecanismos e apoios de braço. Com dimensões mínimas de: 480mm de largura, 460mm de profundidade e 100mm de espessura, com cantos arredondados e espuma injetada com densidade mínima de 50 milímetros de espessura, com formato ergonômico levemente adaptado ao corpo. O assento deve possuir uma carenagem plástica injetada em polipropileno que é encaixada à estrutura, dispensando o uso de U 41 Página 2 de 28 Anexo IV parafusos e grampos. A altura do assento até o chão deve regulável de no mínimo 470mm. O encosto, da mesma forma que o assento, também deve possuir estrutura plástica injetada em polipropileno e com porcas garra ¼" fixadas nos pontos de montagem dos mecanismos e lâminas. Dimensões mínimas: 455mm de largura, 410mm de altura e 80mm de espessura, com cantos arredondados e espuma injetada com densidade de no mínimo 39mm de espessura com formato ergonômico levemente adaptado ao corpo. Encosto deve receber uma carenagem plástica injetada em polipropileno encaixada à estrutura, dispensando o uso de parafusos e grampos. O mecanismo chamado deve ser um conjunto mecânico que possui duas alavancas para regulagem da altura do assento e da inclinação do encosto. PRODUTO DEVE ESTAR MONTADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PLÁSTICO BOLHA. Apresentar juntamente com a proposta comercial. 1. Certificado de conformidade comprovando a norma ABNT 13962:2006 Móveis para escritório – Cadeiras. 2. Certificado de Regularidade do IBAMA, a fim de verificar se o fabricante possui cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras e utilizadores dos recursos ambientais – CTF de acordo com o art. 17 da lei nº 6938/81 e se está em conformidade com a legislação ambiental. 3. Licença de Operação (LO) para fabricação de móveis de madeira, dentro da validade, emitida por órgão estadual e/ou municipal competente, de acordo com o art. 8 da Lei 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.	UND	41
4	238171	ESTANTE DE AÇO 6 PRATELEIRAS REGULÁVEIS CINZA CRISTAL: Colunas laterais reforçada com chapa de no mínimo 20mm, com sapatas nos pés para evitar riscos, prateleiras em aço #22, com dois reforços (Tipo Ômega) por prateleira também com chapa #22, reforço em "X" na parte de trás, com capacidade para no mínimo 80kg por prateleira, com pintura eletrostática em pó (epóxi) de alta qualidade e durabilidade, tratamento antiferrugem, cor cinza, utiliza parafusos e porcas, proporciona uma forma fácil de armazenamento e exposição. Medidas mínimas: Altura: 2,00cm /profundidade: 30 cm /• largura: 92 cm. Produto montado e embalado individualmente em plástico transparente e/ou papelão.	UND	55



5	238171	ESTANTE DE AÇO 6 PRATELEIRAS REGULÁVEIS CINZA CRISTAL: Colunas laterais reforçada com chapa de no mínimo 20mm, com sapatas nos pés para evitar riscos, prateleiras em aço #22, com dois reforços (Tipo Ômega) por prateleira também com chapa #22, reforço em "X" na parte de trás, com capacidade para no mínimo 80kg por prateleira, com pintura eletrostática em pó (epóxi) de alta qualidade e durabilidade, tratamento antiferrugem, cor cinza, utiliza parafusos e porcas, proporciona uma forma fácil de armazenamento e exposição. Medidas mínimas: Altura: 2,00cm /profundidade: 55 cm /• largura: 92 cm. Produto MONTADO e EMBALADO individualmente em plástico transparente e/ou papelão.	UND	22
CÓDIGO DE DESPESA: 449052-20			Móveis e utensílios de copa, cozinha e dormitório.	
6	385394	BALANÇA ELETRÔNICA DE BANCADA: capacidade mínima 150 kg, capacidade de no mínimo: 150 kg sistema de leitura: visor digital balança digital 150kg com plataforma com aproximadamente de 40x34, tensão: bivolt. Certificado pelo INMETRO - NBRNM60335-1 2010 de 06/2010 - Segurança de aparelhos eletrodomésticos e similares. Produto embalado em caixa de papelão resistente.	UND	25
7	472083	BEBEDOURO INDUSTRIAL 100 LITROS: Em aço inox polido externamente, termostato regulável, condensação ar forçado com micro-ventilador com protetor térmico, sapata em nylon com parafuso para nivelamento, torneira de metal cromado, serpentina interna em aço inox, isolamento em EPS, acompanha 1 filtro externo de fácil instalação - voltagem 220v, 02 torneira sendo uma gelada e uma natural, altura mínima 135cm x comprimento mínimo 58 cm x largura mínima 55 cm e garantia de um ano. Aparador de água frontal em chapa de aço inox com dreno. Selo Procel A (Mais eficiente). Certificado pelo INMETRO ABNT NBR 16236:2013. Produto montado e embalado individualmente em plástico transparente e/ou papelão. O cabo de força deverá ser certificado pelo INMETRO e em conformidade com a norma NBR 14136, conforme orientações do INMETRO através do link http://www.inmetro.gov.br/qualidade/pluguestomadas/ . CERTIFICADOS: INMETRO / NORMAS BRASILEIRAS - ABNTNBRIEC60065 DE 08/2009 - Segurança de aparelhos eletrodomésticos e similares.	UND	19
8	620300	LIQUIDIFICADOR E TRITURADOR INDUSTRIAL EM AÇO INOX: CAPACIDADE MÍNIMA 4 LITROS: Uso industrial, copo em aço inox, com capacidade de no mínimo 4 litros, potencia mínima ½ HP, RPM 3.740, frequência 50/60 Hz. Alimentação: Bivolt. O cabo de força deverá ser certificado pelo INMETRO e em conformidade com a norma NBR 14136, conforme orientações do INMETRO através do link http://www.inmetro.gov.br/qualidade/pluguestomadas/ . CERTIFICADOS: INMETRO / NORMAS BRASILEIRAS - ABNTNBRIEC60065 DE 08/2009 - Segurança de aparelhos eletrodomésticos e similares.	UND	29
CÓDIGO DE DESPESA: 449052-11			Móveis Escolares e Didáticos.	



9	378606	<p>CONJUNTO REFEITÓRIO ADULTO EM COMPENSADO: Composto de mesa e 02 bancos base mesa: Estrutura: em tubos de aço industrial de no mínimo 50 x 30 mm para sustentação do tampo e mais quatro tubos de no mínimo 50 x 30 para os pés com ponteiros de acabamento. Toda a estrutura metálica é fabricada em tubo de aço industrial tratados por conjuntos de banhos químicos para proteção e longevidade da estrutura, interliga dos por solda MIG e pintados através do sistema eletrostático epóxi pó. Tampo da mesa: formato retangular, cantos arredondados, (na cor marfim), medidas mínimas de: 2,20 x 0,80 x 0,75 m. com chapa de compensado de 15mm de espessura revestido em fórmica com acabamento em PVC . Base dos bancos: Estrutura - em tubos de aço industrial de no mínimo 50 x 30 mm para sustentação do tampo e mais quatro tubos de no mínimo 50 x 30 para os pés com ponteiros de acabamento. Toda a estrutura metálica é fabricada em tubo de aço industrial tratados por conjuntos de banhos químicos para proteção e longevidade da estrutura, interligados por solda MIG e pintados através do sistema eletrostático epóxi pó. Tampos dos bancos: formato retangular, cantos arredondados (na cor marfim), medidas mínimas de 2,20 x 0,40 x 0,45 m., com chapa de compensado 15mm revestido em fórmica com acabamento em PVC.</p>	CJ	33
10	475767	<p>CONJUNTO DE REFEITÓRIO INFANTIL EM COMPENSADO: Composto por mesa com 02 bancos - Em tubos de aço industrial de no mínimo 50 x 30 mm para sustentação do tampo e mais quatro tubos de no mínimo 50 x 30 para os pés com ponteiros de acabamento. Estrutura - em tubos de aço industrial de no mínimo 50 x 30 mm para sustentação do tampo e mais quatro tubos de no mínimo 50 x 30 para os pés com ponteiros de acabamento. Toda a estrutura metálica é fabricada em tubo de aço industrial tratados por conjuntos de banhos químicos para proteção e longevidade da estrutura, interligados por solda MIG e pintados através do sistema eletrostático epóxi pó. TAMPO DA MESA - Formato retangular, cantos arredondados, (na cor marfim), medidas mínimas de: 1,80 x 0,60 x 0,64 m. com chapa de compensado de 15mm de espessura revestido em fórmica com acabamento em PVC, BASE DO BANCO - Em tubos de aço industrial de no mínimo 50 x 30 mm para sustentação do tampo e mais quatro tubos de no mínimo 50 x 30 para os pés com ponteiros de acabamento. Toda a estrutura metálica é fabricada em tubo de aço industrial tratados por conjuntos de banhos químicos para proteção e longevidade da estrutura, interligados por solda MIG e pintados através do sistema eletrostático epóxi pó. TAMPOS DOS BANCOS: Formato retangular, cantos arredondados (na cor marfim), medidas mínimas de: 1,80 x 0,30 x 0,35m. com chapa de compensado de 15mm de espessura revestido em fórmica com acabamento em PVC.</p>	CJ	22



11	207239	<p>MESA RETA COM CANTOS ARREDONDADO PARA PROFESSOR:</p> <p>MEDINDO 1400 X 600 X 740 LXPXA COM 2 GAVETAS COM CHAVE: NA COR CINZA CRISTAL. Tampo confeccionado em MDP e ou MDF, com os cantos arredondados, espessura de no mínimo 25mm, revestida nas duas faces com Laminado melamínico, por efeito de prensagem a quente que faz o laminado se fundir, o tampo recebe fita de no mínimo 2mm em todo contorno, acabamento na cor, semelhante ao revestimento do tampo. Fixação à estrutura por meio de buchas metálicas (M6) rosqueadas ao tampo e parafusos M6x12. Painel frontal madeira: Com altura de mínima 350mm confeccionado em BP com substrato MDP e/ou MDF com espessura de mínima de 18mm, revestida nas duas faces com filme texturizado, por efeito de prensagem a quente, com acabamento superior e inferior com fita ABS de no mínimo 2mm. Colunas metálicas compostas de chapa conformadas de espessura mínima de 0.9mm horizontal. Suporte superior em chapa conformada de no mínimo 2mm. Base confeccionada com chapa de aço carbono com espessura mínima de 1.5mm repuxada. Sistema de união entre as peças através de solda MIG MAG. Toda a estrutura em aço recebem tratamento anti-ferruginoso a base de fosfato de zinco e recebem pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima 30/40 micra de espessura. Gaveteiro suspenso com 2 gavetas: Dimensões mínimas de: 240 x 400 x 423 Laterais: confeccionado em MDP e/ou MDF, espessura de no mínimo 18mm, revestida nas duas faces com Laminado melamínico. Montante: confeccionadas no mesmo material do tampo com espessura de no mínimo 15mm e acabamento em fita PS de no mínimo 1,0mm na cor semelhante ao revestimento (montante na cor cinza). Frente de gaveta: confeccionadas no mesmo material das laterais com espessura de no mínimo 18mm e acabamento em fita PS de no mínimo 2,0mm na cor semelhante ao revestimento. Fechadura: com acabamento cromado, com aplicação na primeira gaveta, possibilitando o travamento lateral das gavetas simultaneamente. Contém 02 peças de chaves, rotação de 180°, cilindro com corpo de no mínimo 20mm de comprimento e 19mm de diâmetro Gavetas: gavetas confeccionadas em chapa de aço de no mínimo 0,6mm de espessura, com pintura epóxi a pó na cor CRISTAL, corredeiras de no mínimo 400mm de comprimento, fabricadas em chapa de aço dobrada na cor das gavetas, roldanas em nylon, corredeiras fixadas as laterais do gaveteiro por meio de parafusos chip cabeça chata Phillips com acabamento bicromatizado. Laterais e montantes fixados por meio de tambor de giro de 15mm em aço zamak com parafuso de montagem rápida M6x20mm, possuindo ainda cavilhas de madeira de Ø8x30mm, e demais parafusos autoatarrachantes com acabamento bicromatizado. Puxadores: Confeccionados em zamak na cor alumínio. PRODUTO DEVE ESTAR MONTADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PLÁSTICO BOLHA. Apresentar juntamente com a proposta comercial. 3. Certificado de Regularidade do IBAMA, a fim de verificar se o fabricante possui cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras e utilizadores dos recursos ambientais – CTF de acordo com o art. 17 da lei nº 6938/81 e se está em conformidade com a legislação ambiental. 3. Licença de Operação (LO) para fabricação de móveis de madeira, dentro da validade, emitida por órgão estadual e/ou municipal competente, de acordo com o art. 8 da Lei no 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.</p>	UND	82
CÓDIGO DE DESPESA: 449052-12			Eletrodomésticos de Médio e Grande Porte	



12	445116	FOGÃO INDUSTRIAL COM 4 BOCAS DE BAIXA PRESSÃO: Forno, com queimadores fura dupla, trempes e queimadores em ferro fundido, com controle individual de chamas, manipuladores de controle das chamas em nylon injetado, com tubo condutos de gás e registros embutidos, painel e bandeja coletora em chapa de aço, estrutura em cantoneiras de aço com pintura eletrostática em pó (epóxi) de alta qualidade e durabilidade, tratamento antiferrugem, cor cinza, com sapatas nos pés para evitar riscos, aproximadamente 1x1x1/4', injetor de gás horizontal que evita entupimento, puxador de forno distanciado em PVC. Certificado pelo INMETRO ABNT NBR 10148:2011. Montados e embalados individualmente em papelão envolvido em plástico.	UND	17
13	451454	FOGÃO INDUSTRIAL COM 6 BOCAS DE BAIXA PRESSÃO - Forno, com queimadores fura dupla, trempes e queimadores em ferro fundido, com controle individual de chamas, manipuladores de controle das chamas em nylon injetado, com tubo condutos de gás e registros embutidos, painel e bandeja coletora em chapa de aço, estrutura em cantoneiras de aço com pintura eletrostática em pó (epóxi) de alta qualidade e durabilidade, tratamento antiferrugem, cor cinza, com sapatas nos pés para evitar riscos, aproximadamente 1x1x1/4', injetor de gás horizontal que evita entupimento, puxador de forno distanciado em PVC. Certificado pelo INMETRO ABNT NBR 10148:2011. Montados e embalados individualmente em papelão envolvido em plástico.	UND	22
14	439305	FREEZER HORIZONTAL - Branco, 220v com duas tampas e chaves, com capacidade mínima para 540 litros, rodízios reforçados: melhor locomoção por muito mais tempo, dreno frontal: dispensa o deslocamento do equipamento para degelo. Selo Procel A (Mais eficiente). Certificado pelo INMETRO. O cabo de força deverá ser certificado pelo INMETRO e em conformidade com a norma NBR 14136, conforme orientações do INMETRO através do link http://www.inmetro.gov.br/qualidade/pluguestomadas/ . CERTIFICADOS: INMETRO / NORMAS BRASILEIRAS - ABNTNBR1EC60065 DE 08/2009 - Segurança de aparelhos eletrodomésticos e similares.	UND	19
15	298691	GELADEIRA DUPLEX BRANCA: 220v capacidade entre 480 litros, freezer com capacidade mínima de 155 litros, Compartimento para laticínios, prateleiras removíveis, gavetas para vegetais e frutas, porta ovos, pés niveladores . Selo Procel A (Mais eficiente). Certificado pelo INMETRO.	UND	18
16	449998	MAQUINA DE LAVAR 15 KG: Com no mínimo 7 programas de lavagem , acesso ao cesto superior, filtro para resíduo, centrifugação, dispense de sabão, dispense de amaciante, dispense de alvejante, cor branca, acabamento do cesto em aço inox, com no mínimo 4 níveis da água. Garantia de 1 ano a contar a data da entrega. Voltagem 220v. Indicação da voltagem no cordão de alimentação (rabicho) do aparelho. Certificação INMETRO apresentando classificação energética "A", conforme estabelecido na Portaria n.º 20, de 01 de fevereiro de 2006. Requisitos de segurança O produto deve atender os requisitos de segurança estabelecidos na NM 60335-1: 2006 - Seguranças de aparelhos eletrodomésticos e similares - Parte 1: Requisitos.	UND	15



17	347460	SECADORA DE ROUPAS: secadora de roupas, tipo secadora de piso, acesso frontal, com 8 programas, 2 (duas) opções de temperatura, rotação reversível cesto de aço inox, capacidade 10 kg de roupa centrifugada, turbo rápida, cor branca, voltagem 220 v. garantia mínima: 12 meses. (ref. mod. str10 branca/electrolux ou similar) O cabo de força deverá ser certificado pelo INMETRO e em conformidade com a norma NBR 14136, conforme orientações do INMETRO através do link http://www.inmetro.gov.br/qualidade/pluguestomadas/ . CERTIFICADOS: INMETRO / NORMAS BRASILEIRAS - ABNTNBRIEC60065 DE 08/2009 - Segurança de aparelhos eletrodomésticos e similares.	UND	10
18	485550	Ar-Condicionado Portátil , Capacidade De Refrigeração De No Mínimo 12000 Btu's; Funcionamento Em Gás Ecológico R-410. Display Digital; Munido De Função Auto Evaporação Da Água; Auto Reset; Controle De Ventilação Em Nível Alto, Médio E Baixo. Deve Possuir Função De Oscilação. Voltagem 220v. Modos De Operação Mínimo De Resfriar, Desumidificar, Ventilar E Purificar; Munido De Filtro De Ar Anti-Bactéria; Garantia Do Fabricante De No Mínimo 12 Meses. Deve Também Possuir Controle Remoto.	UND	28
19	449988	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO PROFISSIONAL 1500W: Mangueira de Alta Pressão capacidade de 7,5m, bomba axial com cabeçote em alumínio, pistões em aço inox e potência de no mínimo 2,2kw e vazão de 500l/H. Acessórios Inclusos: Porta acessórios, 01 Pistola de alta pressão, 01 engate rápido, lança com bico regulável, mangueira de alta pressão 7,5 Metros, suporte de lança, suporte da pistola, suporte da mangueira e suporte de cabo elétrico. Características Técnicas: Tensão 220v. O cabo de força deverá ser certificado pelo INMETRO e em conformidade com a norma NBR 14136, conforme orientações do INMETRO através do link http://www.inmetro.gov.br/qualidade/pluguestomadas/ . CERTIFICADOS: INMETRO / NORMAS BRASILEIRAS - ABNTNBRIEC60065 DE 08/2009 - Segurança de aparelhos eletrodomésticos e similares.	UND	23
CÓDIGO DE DESPESA: 449052-03			Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	
20	360090	CAIXA AMPLIFICADA 600W: COR ESCURA TIPO GRAFITE Possui 600 watts de potência, conexões bluetooth, entrada USB, cartão de memória, rádio FM, entrada auxiliar e conexão pra microfone e diversos instrumentos musicais, com alça retrátil e rodas, facilitando seu transporte, acompanha microfone sem fio, possui bateria interna, possui efeito eco para microfone, função REC : grava no pen drive ou no sdcard o áudio do microfone, chave on/off para os led's. Alimentação: Bivolt O cabo de força deverá ser certificado pelo INMETRO e em conformidade com a norma NBR 14136, conforme orientações do INMETRO através do link: http://www.inmetro.gov.br/qualidade/pluguestomadas/ . CERTIFICADOS: INMETRO / NORMAS BRASILEIRAS - ABNTNBRIEC60065 DE 08/2009 - Segurança de aparelhos eletrodomésticos e similares.	UND	33
COTA RESERVADA				
CÓDIGO DE DESPESA: 449052-13			Mobiliário em geral	



21	230467	ARMÁRIO DE AÇO CINZA CRISTAL COM 2 PORTAS E PÉS FIXOS DE AÇO: Tratamento especial da superfície e pés com sapatas plásticas protetoras. Possui 4 prateleiras em aço chapa #22 com dois reforços (Tipo ômega) por prateleira, com capacidade para aproximadamente 80kg por prateleira, sendo 3 com posições reguláveis, sistema de fechamento: fechadura com 02 chaves, confeccionado em chapa de aço: corpo: 22 e chapa portas: 22, medindo no mínimo 1,90m X 0,90m X 0,45m. Com pintura eletrostática em pó (epóxi) de alta qualidade e durabilidade, tratamento antiferrugem, cor cinza. Produto MONTADO e EMBALADO individualmente em plástico transparente e/ou papelão.	UND	17
23	458808	CADEIRA FIXA DE APROXIMAÇÃO: ESTRUTURA E ESTOFAMENTO NA COR PRETA. - Cadeira Estofada Fixa 4 pés, Estrutura fixa fabricada em tubo industrial de construção mecânica de aço carbono com diâmetro de 25,4mm no mínimo e parede de 1,2 mm no mínimo, e travessas de aço carbono em tubo de secção quadrada de no mínimo 20x20mm com no mínimo 1,2 mm de espessura. A base em forma de 4 pés é fabricada pelo processo mecânico de curvamento de tubos possuindo duas travessas unindo uma perna à outra pelo processo de soldagem MIG. A estrutura contém quatro (04) deslizadores fixos articulados, desenvolvidos para manter a base apoiada sobre o piso e principalmente evitar o contato direto do metal com a superfície de apoio. Fabricados em material termoplástico denominado Polipropileno, pelo processo de injeção. A estrutura se fixa ao assento por parafusos sextavados flangeados 1/4"x2.3/4" com rosca parcial. O conjunto recebe uma proteção contra corrosão, caracterizada pelo processo de preparação de superfície metálica por fosfatização à base de zinco e revestida por pintura eletrostática epóxi pó. PRODUTO DEVE ESTAR MONTADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PLÁSTICO BOLHA. Apresentar juntamente com a proposta comercial. Certificado de conformidade comprovando a norma ABNT 13962:2006 Móveis para escritório – Cadeiras. Certificado de Regularidade do IBAMA, a fim de verificar se o fabricante possui cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras e utilizadores dos recursos ambientais – CTF de acordo com o art. 17 da lei nº 6938/81 e se está em conformidade com a legislação ambiental. Licença de Operação (LO) para fabricação de móveis de madeira, dentro da validade, emitida por órgão estadual e/ou municipal competente, de acordo com o art. 8 da Lei no 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.	UND	40
25	482926	CONJUNTO COLETIVO 1 – 1 MESA + 4 CADEIRAS (CJC-01 FNDE): Conjunto coletivo para crianças com altura compreendida entre 0,93 e 1,16m, composto de uma mesa e quatro cadeiras. - Mesa com tampo em MDP ou MDF, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão, e na face inferior em laminado melamínico de baixa pressão (BP), montado sobre estrutura tubular de aço. - Cadeira empilhável com assento e encosto em polipropileno injetado ou em compensado anatômico moldado, montados sobre estrutura tubular de aço. DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS DA MESA: Largura: 800mm; Profundidade: 800 mm; Altura: 460 mm; Espessura: 25,8 mm; Tolerância: até + 2 mm para largura e profundidade e +/- 1mm para espessura. CARACTERÍSTICAS DA MESA: Tampo em MDP ou MDF, com espessura de 25mm, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão, 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor cinza, cantos arredondados. Revestimento na face inferior em laminado melamínico de baixa pressão - BP, na cor branca. Topos encabeçados com fita de bordo termoplástica extrudada, confeccionada em PVC (cloreto de polivinila); PP (polipropileno) ou PE (polietileno), com "primer" na face de colagem, acabamento de	CJ	28



		<p>superfície texturizado, na cor laranja, coladas com adesivo “Hot Melting”. Estrutura da mesa composta de: - Pés confeccionados em tubo de aço-carbono, laminado a frio, com costura, secção circular diâmetro de 38mm (1 1/2”), em chapa 16 (1,5mm); - Travessas em tubo de aço-carbono, laminado a frio, com costura, secção retangular de 20 x 40mm, em chapa 16 (1,5mm). Fixação do tampo à estrutura através de parafusos rosca máquina polegada, diâmetro de 1/4” x comprimento 2”, cabeça chata, fenda simples. Sapatas em polipropileno copolímero virgem, isento de cargas minerais, injetadas na cor laranja, fixadas à estrutura através de encaixe. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso. Pintura dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi / Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrômetros na cor cinza.</p> <p>DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS DA CADEIRA : Largura do assento: 340 mm; Profundidade do assento: 260 mm; Espessura do assento: 7,2 mm a 9,1mm; Largura do encosto: 350 mm; Altura do encosto: 155 mm; Espessura do encosto: 7,0 mm a 9,3 mm; Altura do assento ao chão: 260 mm; Tolerância: até + 2 mm para largura e profundidade, +/- 1mm para espessura e +/- 10mm para altura do assento ao chão.</p> <p>CARACTERÍSTICAS DA CADEIRA: Assento e encosto em polipropileno copolímero virgem, isento de cargas minerais, injetados na cor laranja. Alternativamente o assento e o encosto poderão ser fabricados em compensado anatômico moldado a quente, contendo no mínimo cinco lâminas internas, com espessura máxima de 1,5mm cada. Quando fabricado em compensado, o assento deve receber revestimento na face superior de laminado melamínico de alta pressão, 0,6 a 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor laranja. Revestimento da face inferior em lâmina de madeira faqueada de 0,7mm, com acabamento em selador, seguido de verniz poliuretano, inclusive nos bordos. Quando fabricado em compensado, o encosto deve receber revestimento nas duas faces de laminado melamínico de alta pressão, 0,6 a 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor laranja. Bordos em selador seguido de verniz poliuretano. Estrutura em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, diâmetro de 20,7mm, em chapa 14 (1,9mm). Fixação do assento e encosto injetados à estrutura através de rebites de “repuxo”, diâmetro de 4,8mm, comprimento 12mm. Fixação do assento em compensado moldado à estrutura através de rebites de “repuxo”, diâmetro de 4,8mm, comprimento 16mm. Fixação do encosto em compensado moldado à estrutura através de rebites de “repuxo”, diâmetro de 4,8mm, comprimento 18mm. Ponteiros e sapatas, em polipropileno copolímero virgem, isento de cargas minerais, injetadas na cor laranja, fixadas à estrutura através de encaixe e pino expensor. Pintura dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi/ Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima 40 micrômetros, na cor cinza. Conjunto do aluno composto de 1 (uma) mesa e 4 (quatro) cadeira, certificado pelo INMETRO, e, em conformidade com a norma ABNT NBR 14006:2008 - Móveis escolares. Produto EMBALADO em plástico transparente e/ou papelão.</p>		
27	603099	<p>CONJUNTO DO ALUNO MODELO TIPO (CJA-06 - FDE/ FNDE): Conjunto para aluno com aproximadamente 1,90m, composto por uma mesa e uma cadeira. MESA INDIVIDUAL com tampo em MDP e/ou MDF, revestido na face superior em laminado melamínico e na face inferior em chapa de balanceamento, montado sobre estrutura tubular de aço, contendo porta-livros em plástico injetado. CADEIRA INDIVIDUAL, empilhável com assento e encosto em polipropileno injetado, montados sobre estrutura tubular de aço. TAMPO em MDP ou MDF, com espessura de no mínimo 18mm, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão, com no mínimo 0,8mm de espessura,</p>	CJ	123



acabamento texturizado, na cor CINZA, cantos arredondados. Revestimento na face inferior em chapa de balanceamento (contra placa fenólica) de no mínimo 0,6mm. Aplicação de porcas garra com rosca métrica M6 e comprimento de mínimo 10 mm. Dimensões acabadas mínimas: 600mm (largura) x 450mm (profundidade) x 19mm (espessura), Topos encabeçados com fita de bordo termoplástica extrudada, confeccionada em PVC (cloreto de polivinila); PP (polipropileno) ou PE (polietileno), com "primer" na face de colagem, acabamento de superfície texturizado, na cor AZUL, colada com adesivo "Hot Melting". Resistência ao arrancamento mínima de 70N. Dimensões nominais de no mínimo 22mm (largura) x 3mm (espessura). Centralizar ponto de início e término de aplicação da fita de bordo no ponto central e do lado oposto à borda de contato com o usuário. O ponto de encontro da fita de bordo não deve apresentar espaços ou deslocamentos que facilitem seu arrancamento. ESTRUTURA COMPOSTA DE: Montantes verticais e travessa longitudinal confeccionados em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção oblonga de 29mm x 58mm, em chapa 16 (1,5mm); Travessa superior confeccionada em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, curvado em formato de "C", com secção circular, diâmetro de 31,75mm (1 1/4"), em chapa 16 (1,5mm); Pés confeccionados em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção circular, diâmetro de 38mm (1 1/2"), em chapa 16 (1,5mm). PORTA-LIVROS em polipropileno injetado na cor CINZA. FIXAÇÃO DO TAMPO à estrutura através de: 06 porcas garra rosca métrica M6 (diâmetro de 6mm); 06 parafusos rosca métrica M6 (diâmetro de 6mm), comprimento 47mm (com tolerância de +/- 2mm), cabeça panela, fenda Phillips. FIXAÇÃO DO PORTA-LIVROS à travessa longitudinal através de rebites de "repuxo", diâmetro de 4,0mm, comprimento 10mm. FIXAÇÃO DAS SAPATAS (frontal e posterior) aos pés através de rebites de "repuxo", diâmetro de 4,8mm, comprimento 12mm. PONTEIRAS E SAPATAS em polipropileno copolímero injetadas na cor AZUL, fixadas à estrutura através de encaixe. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas. Pintura eletrostática dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi / Poliéster, polimerizada em estufa, acabamento liso e brilhante, espessura mínima de 40 micrometros na cor CINZA CADEIRA - Assento e encosto em polipropileno copolímero injetados, na cor AZUL. Estrutura em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, diâmetro de 20,7mm, em chapa 14 (1,9mm). FIXAÇÃO DO ASSENTO e encosto injetados à estrutura através de rebites de "repuxo", diâmetro de 4,8mm, comprimento 12mm. SAPATAS/ PONTEIRAS em polipropileno copolímero injetadas na cor AZUL, fixadas à estrutura através de encaixe e pino expensor. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas. Pintura eletrostática dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi / Poliéster, polimerizada em estufa, acabamento liso e brilhante, espessura mínima 40 micrometros, na cor CINZA Conjunto do aluno composto de 1 (uma) mesa e 1 (uma) cadeira, certificado pelo INMETRO, e, em conformidade com a norma ABNT NBR 14006:2008 - Móveis escolares.

CÓDIGO DE DESPESA: 449052-12

**Eletrodomésticos de
Médio e Grande Porte**

29

310594

GELADEIRA

BRANCA:

220v capacidade mínima 240 litros, freezer com capacidade mínima de 155 litros, Compartimento para laticínios, prateleiras removíveis, gavetas para vegetais e frutas, porta ovos, pés niveladores . Selo Procel

UND

18



		A (Mais eficiente). Certificado pelo INMETRO.		
31	439362	SMART TV LED 43" COM CONVERSOR DIGITAL E WIFI INTEGRADO: Com 2 entradas USB 3 HDMI no mínimo, com controle remoto entrada de vídeo composto, entrada s-vídeo, entrada de vídeo componente, tensão bivolt. O cabo de força deverá ser certificado pelo INMETRO e em conformidade com a norma NBR 14136, conforme orientações do INMETRO através do link http://www.inmetro.gov.br/qualidade/pluguestomadas/ . CERTIFICADOS: INMETRO / NORMAS BRASILEIRAS - ABNTNBR1EC60065 DE 08/2009 - Segurança de aparelhos eletrodomésticos e similares.	UND	13
CÓDIGO DE DESPESA: 449052-11			Móveis Escolares e Didáticos	
33	439256	QUADRO FIXO EM VIDRO TEMPERADO: Quadro de vidro e serigrafado de 2,00 m de comprimento x 1,20 m de altura x 6 mm de espessura, estrutura magnética, moldura em alumínio anodizado natural, laterais lapidadas e sem cantos pontiagudos, película de proteção no verso, suporte para pincéis e apagador, fixação com prolongadores ou botão francês, instalação em parede de alvenaria, madeira e drywall, cor branca, com aceitação para todos os tipos de pincéis para quadro de vidro. Os acessórios de instalação deverão estar inclusos. Garantia vitalícia na superfície utilizada para a escrita. Garantia mínima de 5 (cinco) anos, contra defeitos de fabricação. O fornecedor se responsabilizará por toda a logística necessária, tais como: transporte até a sede do solicitante; os quadros estarão com todos os itens necessários para a contratante realizar a instalação.	UND	33
COTA PRINCIPAL				
CÓDIGO DE DESPESA: 449052-13			Mobiliário em geral	
22	230467	ARMÁRIO DE AÇO CINZA CRISTAL COM 2 PORTAS E PÉS FIXOS DE AÇO: Tratamento especial da superfície e pés com sapatas plásticas protetoras. Possui 4 prateleiras em aço chapa #22 com dois reforços (Tipo ômega) por prateleira, com capacidade para aproximadamente 80kg por prateleira, sendo 3 com posições reguláveis, sistema de fechamento: fechadura com 02 chaves, confeccionado em chapa de aço: corpo: 22 e chapa portas: 22, medindo no mínimo 1,90m X 0,90m X 0,45m. Com pintura eletrostática em pó (epóxi) de alta qualidade e durabilidade, tratamento antiferrugem, cor cinza. Produto MONTADO e EMBALADO individualmente em plástico transparente e/ou papelão.	UND	54
24	458808	CADEIRA FIXA DE APROXIMAÇÃO: ESTRUTURA E ESTOFAMENTO NA COR PRETA. - Cadeira Estofada Fixa 4 pés, Estrutura fixa fabricada em tubo industrial de construção mecânica de aço carbono com diâmetro de 25,4mm no mínimo e parede de 1,2 mm no mínimo, e travessas de aço carbono em tubo de seção quadrada de no mínimo 20x20mm com no mínimo 1,2 mm de espessura. A base em forma de 4 pés é fabricada pelo processo mecânico de curvamento de tubos possuindo duas travessas unindo uma perna à outra pelo processo de soldagem MIG. A estrutura contém quatro (04) deslizadores fixos articulados, desenvolvidos para manter a base apoiada sobre o piso e principalmente evitar o contato direto do metal com a superfície de apoio. Fabricados em material termoplástico denominado Polipropileno, pelo processo de injeção. A estrutura se fixa	UND	120



		<p>ao assento por parafusos sextavados flangeados ¼"x2.3/4" com rosca parcial. O conjunto recebe uma proteção contra corrosão, caracterizada pelo processo de preparação de superfície metálica por fosfatização à base de zinco e revestida por pintura eletrostática epóxi pó. PRODUTO DEVE ESTAR MONTADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PLÁSTICO BOLHA. Apresentar juntamente com a proposta comercial. Certificado de conformidade comprovando a norma ABNT 13962:2006 Móveis para escritório – Cadeiras. Certificado de Regularidade do IBAMA, a fim de verificar se o fabricante possui cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras e utilizadores dos recursos ambientais – CTF de acordo com o art. 17 da lei nº 6938/81 e se está em conformidade com a legislação ambiental. Licença de Operação (LO) para fabricação de móveis de madeira, dentro da validade, emitida por órgão estadual e/ou municipal competente, de acordo com o art. 8 da Lei no 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.</p>		
26	482926	<p>CONJUNTO COLETIVO 1 – 1 MESA + 4 CADEIRAS (CJC-01 FNDE): Conjunto coletivo para crianças com altura compreendida entre 0,93 e 1,16m, composto de uma mesa e quatro cadeiras. - Mesa com tampo em MDP ou MDF, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão, e na face inferior em laminado melamínico de baixa pressão (BP), montado sobre estrutura tubular de aço. - Cadeira empilhável com assento e encosto em polipropileno injetado ou em compensado anatômico moldado, montados sobre estrutura tubular de aço. DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS DA MESA: Largura: 800mm; Profundidade: 800 mm; Altura: 460 mm; Espessura: 25,8 mm; Tolerância: até + 2 mm para largura e profundidade e +/- 1mm para espessura. CARACTERÍSTICAS DA MESA: Tampo em MDP ou MDF, com espessura de 25mm, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão, 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor cinza, cantos arredondados. Revestimento na face inferior em laminado melamínico de baixa pressão - BP, na cor branca. Topos encabeçados com fita de bordo termoplástica extrudada, confeccionada em PVC (cloreto de polivinila); PP (polipropileno) ou PE (polietileno), com "primer" na face de colagem, acabamento de superfície texturizado, na cor laranja, coladas com adesivo "Hot Melting". Estrutura da mesa composta de: - Pés confeccionados em tubo de aço-carbono, laminado a frio, com costura, secção circular diâmetro de 38mm (1 1/2"), em chapa 16 (1,5mm); - Travessas em tubo de aço-carbono, laminado a frio, com costura, secção retangular de 20 x 40mm, em chapa 16 (1,5mm). Fixação do tampo à estrutura através de parafusos rosca máquina polegada, diâmetro de 1/4" x comprimento 2", cabeça chata, fenda simples. Sapatas em polipropileno copolímero virgem, isento de cargas minerais, injetadas na cor laranja, fixadas à estrutura através de encaixe. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso. Pintura dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi / Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrômetros na cor cinza. DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS DA CADEIRA : Largura do assento: 340 mm; Profundidade do assento: 260 mm; Espessura do assento: 7,2 mm a 9,1mm; Largura do encosto: 350 mm; Altura do encosto: 155 mm; Espessura do encosto: 7,0 mm a 9,3 mm; Altura do assento ao chão: 260 mm; Tolerância: até + 2 mm para largura e profundidade, +/- 1mm para espessura e +/- 10mm para altura do assento ao chão. CARACTERÍSTICAS DA CADEIRA: Assento e encosto em polipropileno copolímero virgem, isento de cargas minerais, injetados na cor laranja. Alternativamente o assento e o encosto poderão ser fabricados em compensado anatômico moldado a quente, contendo no mínimo cinco lâminas internas, com espessura máxima de 1,5mm cada. Quando</p>	CJ	87

		<p>fabricado em compensado, o assento deve receber revestimento na face superior de laminado melamínico de alta pressão, 0,6 a 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor laranja. Revestimento da face inferior em lâmina de madeira faqueada de 0,7mm, com acabamento em selador, seguido de verniz poliuretano, inclusive nos bordos. Quando fabricado em compensado, o encosto deve receber revestimento nas duas faces de laminado melamínico de alta pressão, 0,6 a 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor laranja. Bordos em selador seguido de verniz poliuretano. Estrutura em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, diâmetro de 20,7mm, em chapa 14 (1,9mm). Fixação do assento e encosto injetados à estrutura através de rebites de "repuxo", diâmetro de 4,8mm, comprimento 12mm. Fixação do assento em compensado moldado à estrutura através de rebites de "repuxo", diâmetro de 4,8mm, comprimento 16mm. Fixação do encosto em compensado moldado à estrutura através de rebites de "repuxo", diâmetro de 4,8mm, comprimento 18mm. Ponteiras e sapatas, em polipropileno copolímero virgem, isento de cargas minerais, injetadas na cor laranja, fixadas à estrutura através de encaixe e pino expensor. Pintura dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi/ Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima 40 micrômetros, na cor cinza. Conjunto do aluno composto de 1 (uma) mesa e 4 (quatro) cadeira, certificado pelo INMETRO, e, em conformidade com a norma ABNT NBR 14006:2008 - Móveis escolares. Produto EMBALADO em plástico transparente e/ou papelão.</p>		
28	603099	<p>CONJUNTO DO ALUNO MODELO TIPO (CJA-06 - FDE/ FNDE): Conjunto para aluno com aproximadamente 1,90m, composto por uma mesa e uma cadeira. MESA INDIVIDUAL com tampo em MDP e/ou MDF, revestido na face superior em laminado melamínico e na face inferior em chapa de balanceamento, montado sobre estrutura tubular de aço, contendo porta-livros em plástico injetado. CADEIRA INDIVIDUAL, empilhável com assento e encosto em polipropileno injetado, montados sobre estrutura tubular de aço. TAMPO em MDP ou MDF, com espessura de no mínimo 18mm, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão, com no mínimo 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor CINZA, cantos arredondados. Revestimento na face inferior em chapa de balanceamento (contra placa fenólica) de no mínimo 0,6mm. Aplicação de porcas garra com rosca métrica M6 e comprimento de mínimo 10 mm. Dimensões acabadas mínimas: 600mm (largura) x 450mm (profundidade) x 19mm (espessura), Topos encabeçados com fita de bordo termoplástica extrudada, confeccionada em PVC (cloreto de polivinila); PP (polipropileno) ou PE (polietileno), com "primer" na face de colagem, acabamento de superfície texturizado, na cor AZUL, colada com adesivo "Hot Melting". Resistência ao arrancamento mínima de 70N. Dimensões nominais de no mínimo 22mm (largura) x 3mm (espessura). Centralizar ponto de início e término de aplicação da fita de bordo no ponto central e do lado oposto à borda de contato com o usuário. O ponto de encontro da fita de bordo não deve apresentar espaços ou deslocamentos que facilitem seu arrancamento. ESTRUTURA COMPOSTA DE: Montantes verticais e travessa longitudinal confeccionados em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção oblonga de 29mm x 58mm, em chapa 16 (1,5mm); Travessa superior confeccionada em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, curvado em formato de "C", com secção circular, diâmetro de 31,75mm (1 1/4"), em chapa 16 (1,5mm); Pés confeccionados em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção circular, diâmetro de 38mm (1 1/2"), em chapa 16 (1,5mm). PORTA-LIVROS em polipropileno injetado na cor CINZA. FIXAÇÃO DO TAMPO à estrutura</p>	CJ	377



		através de: 06 porcas garra rosca métrica M6 (diâmetro de 6mm); 06 parafusos rosca métrica M6 (diâmetro de 6mm), comprimento 47mm (com tolerância de +/- 2mm), cabeça panela, fenda Phillips. FIXAÇÃO DO PORTA-LIVROS à travessa longitudinal através de rebites de "repuxo", diâmetro de 4,0mm, comprimento 10mm. FIXAÇÃO DAS SAPATAS (frontal e posterior) aos pés através de rebites de "repuxo", diâmetro de 4,8mm, comprimento 12mm. PONTEIRAS E SAPATAS em polipropileno copolímero injetadas na cor AZUL, fixadas à estrutura através de encaixe. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas. Pintura eletrostática dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi / Poliéster, polimerizada em estufa, acabamento liso e brilhante, espessura mínima de 40 micrometros na cor CINZA CADEIRA - Assento e encosto em polipropileno copolímero injetados, na cor AZUL. Estrutura em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, diâmetro de 20,7mm, em chapa 14 (1,9mm). FIXAÇÃO DO ASSENTO e encosto injetados à estrutura através de rebites de "repuxo", diâmetro de 4,8mm, comprimento 12mm. SAPATAS/ PONTEIRAS em polipropileno copolímero injetadas na cor AZUL, fixadas à estrutura através de encaixe e pino expensor. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas. Pintura eletrostática dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi / Poliéster, polimerizada em estufa, acabamento liso e brilhante, espessura mínima 40 micrometros, na cor CINZA Conjunto do aluno composto de 1 (uma) mesa e 1 (uma) cadeira, certificado pelo INMETRO, e, em conformidade com a norma ABNT NBR 14006:2008 - Móveis escolares.		
CÓDIGO DE DESPESA: 449052-12			Eletrodomésticos de Médio e Grande Porte	
30	310594	GELADEIRA BRANCA: 220v capacidade mínima 240 litros, freezer com capacidade mínima de 155 litros, Compartimento para laticínios, prateleiras removíveis, gavetas para vegetais e frutas, porta ovos, pés niveladores . Selo Procel A (Mais eficiente). Certificado pelo INMETRO.	UND	56
32	439362	SMART TV LED 43" COM CONVERSOR DIGITAL E WIFI INTEGRADO: Com 2 entradas USB 3 HDMI no mínimo, com controle remoto entrada de vídeo composto, entrada s-vídeo, entrada de vídeo componente, tensão bivolt. O cabo de força deverá ser certificado pelo INMETRO e em conformidade com a norma NBR 14136, conforme orientações do INMETRO através do link http://www.inmetro.gov.br/qualidade/pluguestomadas/ . CERTIFICADOS: INMETRO / NORMAS BRASILEIRAS - ABNTNBRIEC60065 DE 08/2009 - Segurança de aparelhos eletrodomésticos e similares.	UND	42
CÓDIGO DE DESPESA: 449052-11			Móveis Escolares e Didáticos	
34	439256	QUADRO FIXO EM VIDRO TEMPERADO: Quadro de vidro e serigrafado de 2,00 m de comprimento x 1,20 m de altura x 6 mm de espessura, estrutura magnética, moldura em alumínio anodizado natural, laterais lapidadas e sem cantos pontiagudos, película de proteção no verso, suporte para pincéis e apagador, fixação com prolongadores ou botão francês, instalação em parede de alvenaria, madeira e drywall, cor branca, com aceitação para todos os tipos de pincéis para quadro de vidro. Os acessórios de instalação deverão estar inclusos. Garantia vitalícia na superfície utilizada para a escrita. Garantia	UND	102



	mínima de 5 (cinco) anos, contra defeitos de fabricação. O fornecedor se responsabilizará por toda a logística necessária, tais como: transporte até a sede do solicitante; os quadros estarão com todos os itens necessários para a contratante realizar a instalação.	
--	---	--

1.7. Para a fabricação de Mobiliário, são impostos alguns requisitos para a comprovação da qualidade em sua fabricação, tendo em vista sua durabilidade, resistência, acomodação e segurança. Diante disso, para assegurar o êxito e melhor instruir o processo, a descrição do produto é de fundamental importância no processo de compra, uma vez que apresenta as características básicas do bem que se pretende adquirir, dentro dos padrões de qualidade desejadas e na forma mais vantajosa para a Administração Pública;

1.8. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

1.9. O objeto desta contratação caracteriza-se como prestação **não contínua**, tendo em vista que, uma vez finalizadas as entregas de todos os bens solicitados, resolve-se a necessidade que lhe deu origem.

1.10. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica;

1.11. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso nos termos do artigo 84, caput, da lei 14.133/2021;

1.12. Todas as especificações técnicas e configurações constantes no presente Termo de Referência são mínimas, podendo a empresa oferecer equipamentos superiores na vigência do contrato, que será decorrente de atas de registro de preços e terão sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nelas contidas nos termos do Capítulo V da Lei 14.133/2021;

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1. A presente aquisição tem como objetivo reestruturar e modernizar as Unidades Escolares da Rede Municipal de Educação, através de material permanente de diversos seguimentos, que contribuirá para a manutenção e o desenvolvimento das atividades administrativas e da infraestrutura escolar.

2.2. A proposta foi elaborada com o intuito de oferecer suporte às atividades realizadas nas secretarias, cozinhas, refeitórios e salas de aula, proporcionando condições de trabalho adequadas e alinhadas aos avanços tecnológicos. Além disso, visa promover as adequações necessárias, substituir o mobiliário inservível.

2.3. Ao mesmo tempo, a modernização inclui a aquisição de produtos que ofereçam eficiência energética, economicidade, praticidade e que auxiliem diretamente nas atividades educacionais, garantindo ambientes mais seguros, higiênicos e agradáveis para alunos e servidores.

2.4. O atendimento desta demanda visa suprir as Unidades Escolares em funcionamento, bem como mobiliar aquelas que estão em obras ou reformas e que serão inauguradas em breve.

2.5. Com o objetivo de promover uma educação de qualidade aos alunos da Rede Municipal de Ensino e em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil, o Município, ente da Administração Pública Direta, tem o dever de garantir esse direito aos seus cidadãos.



2.6. Não se pode falar em educação de qualidade sem considerar o aprimoramento da infraestrutura das escolas, o apoio aos servidores no desempenho de suas funções e a oferta de um ambiente escolar digno e adequado aos alunos, em conformidade com os princípios constitucionais.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1. A presente contratação tem como objetivo **reestruturar e modernizar as Unidades Escolares da Rede Municipal de Educação**, por meio da aquisição de materiais permanentes de diferentes segmentos, voltados ao suporte das atividades nas secretarias, cozinhas, refeitórios e salas de aula. Busca-se oferecer condições adequadas de trabalho, alinhadas aos avanços tecnológicos, substituindo mobiliário inservível e promovendo adequações necessárias à infraestrutura escolar.

3.2. A modernização também contempla produtos que proporcionem **eficiência energética, praticidade e economia**, contribuindo para ambientes mais seguros, higiênicos e agradáveis para alunos e servidores. O atendimento desta demanda abrangerá tanto as escolas em funcionamento quanto aquelas em obras ou reforma, que serão inauguradas em breve.

3.3. Com isso, o Município cumpre seu dever constitucional de garantir educação de qualidade, fortalecendo a infraestrutura escolar, apoiando o desempenho dos servidores e assegurando aos alunos um ambiente digno e adequado, em conformidade com os princípios e objetivos previstos na Constituição Federal.

3.4. A modalidade mais adequada para a aquisição de mobiliário escolar é o **Pregão Eletrônico para Registro de Preços**, nos termos do artigo 28, inciso I c/c o art. 17, § 2º c/c art. 78, inciso IV da Lei 14.133/2021 e art. 3º e incisos I e II do Decreto Federal nº 11.462/2023.

3.5. De acordo com o artigo 3º, incisos I e II do Decreto Federal nº 11.462/2023 a adoção do Registro de Preços se justifica pela necessidade de contratações frequentes e pela conveniência de aquisições parceladas, características presentes neste objeto. Trata-se de prática consolidada em todo o país para bens dessa natureza, assegurando celeridade, eficiência, economicidade e segurança jurídica, além da comprovação de existência de fornecedores aptos a atender à demanda municipal.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21).

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade:

4.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos quanto da Sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, destacando, entre outros, os seguintes critérios e práticas sustentáveis: baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo, e água, maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia e maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra (art. 4º, I, III, e V do Decreto nº 7.746/2012);



4.1.1.2. Na execução do objeto contratual, deverão adotar práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços;

4.1.1.3. Observar os requisitos ambientais para certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.1.4. Considerando todas as fases do ciclo de vida do produto citadas, observamos alguns exemplos de produtos sustentáveis no art. 5º da Instrução Normativa 01/2010 da SLTI/MPOG:

4.1.1.4.1. bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.1.1.4.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.1.4.3. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.1.4.4. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.1.1.5. Deverão ser observadas as seguintes Portarias INMETRO:

4.1.1.5.1. Portaria nº 18/2008 (e suas devidas atualizações) para aquisição de fogões e fornos;

4.1.1.5.2. Portaria nº 185/2005 para máquinas de lavar roupa;

4.1.1.5.3. Portaria nº 20/2006 para refrigeradores e seus assemelhados;

4.1.1.5.4. Portarias nº 85/2009 e Portaria nº 563/2014 para televisores do tipo Plasma, LCD ou de Projeção.

4.1.1.6. Só será admitida a oferta dos produtos agregados ao disposto neste item que possuam a etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, que aprova os requisitos de avaliação de conformidade - RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória;

4.1.1.7. Deverão ser observadas a Resolução CONAMA nº 20 de 07/12/94, que dispõe sobre o selo de ruído de uso obrigatório para aparelhos eletrodomésticos que geram ruído no seu funcionamento, IN MMA nº 03 de 07/02/2020 e Portaria INMETRO nº 06 de 05/01/22;

4.1.1.8. Para atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, deverá ser observado o Anexo I da IN 13/2021 IBAMA, consolidado pela IN 6/2022. As pessoas físicas e



jurídicas que desenvolvem as atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 são obrigadas ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

4.1.1.9. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

4.1.1.10. Para aquisição que envolva a utilização de bens de informática e automação previstos no Anexo A da Portaria INMETRO nº 170/2012, só será admitida a oferta de material de eletroeletrônico que cumpra os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO;

4.1.1.11. Só será admitida a oferta de bens de informática e/ou automação que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs);

4.1.1.12. Todos os itens devem estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT, comprovada pela apresentação de relatório de ensaio emitido por laboratório detentor de Certificado do INMETRO e deverão ser observadas:

a. Norma NBRIEC 60065 DE 08/2009. Esta Norma aplica-se a aparelhos eletrônicos projetados para serem alimentados por sistema elétrico, por um aparelho de alimentação, por baterias ou por alimentação remota de energia e destinados à recepção, geração, registro ou reprodução, respectivamente de áudio, vídeo e sinais associados, selo Procel A, o mais eficiente em economia de energia;

b. Norma NBR 14136, conforme orientações do INMETRO através do link <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/pluguestomadas/> para os cabos de força;

c. Os parâmetros físicos dos materiais conforme critérios de ergonomia, obedecendo as especificações do objeto em planilha apresentada acima, com a variação das proporções e diversidade de tamanhos, assim como os parâmetros de durabilidade, conforme a norma NBR 14006;

d. Para itens de utensílios de copa e cozinha a norma NBR 14033;

e. Para mobiliários em geral a norma NBR 13962;

f. Para ferramentas elétricas portáteis operadas a motor a norma NBR 15910;

g. Os parâmetros observados, assim como as normas relacionadas estão descritos na especificação dos itens;



4.1.2. Pela requisição da unidade requisitante, na presente contratação não será admitida a indicação de marcas nos termos do artigo 41, inciso I da Lei 14.133/2021;

4.1.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. Da exigência de amostra

No intuito de adquirirmos mobiliário de 1ª qualidade, oriundos de fontes renováveis/sustentáveis e que não agredam o meio ambiente e os usuários desses materiais, a Secretaria Municipal de Educação se reserva o direito de solicitar amostras e seus respectivos certificados para comprovar a qualidade do material licitado.

4.2.1. Antes da adjudicação, a Secretaria Municipal de Educação se reserva o direito de solicitar amostras, **por catálogo**, de sua qualidade para análise de aspecto visual, verificando o material no que se refere ao fornecimento, desempenho, qualidade e descrição do objeto, visando ao atendimento do interesse do órgão solicitante, a fim de garantir sua qualidade coincidindo com os dados da entrega das propostas com o fito de garantir as informações contidas nas especificações do edital;

4.2.2. As amostras serão avaliadas de acordo com as especificações do Termo de Referência pelo Coordenador do Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Educação;

4.2.3. As amostras, **por catálogo**, deverão ser encaminhadas no final do certame no período a ser indicado pela Comissão de Licitação e deverão estar devidamente identificadas com o nome do licitante, conter informações quanto às características (fabricante, certificado, data de fabricação e validade, composição, faixa etária etc.);

4.2.4. A área técnica comunicará ao Pregoeiro se as amostras foram aprovadas ou não. Caso não seja aprovada, o Pregoeiro convocará automaticamente a segunda colocada e assim sucessivamente;

4.2.5. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.2.6. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo;

4.2.7. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada;

4.2.8. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1. O fornecimento será efetuado conforme conveniência e necessidade, a serem determinados pelo setor de **ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, com prazo de entrega não superior a 30 (trinta dias) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho, autorização de fornecimento ou documento equivalente, no seguinte endereço:

Nome do requisitante:	Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação
	Rua: Herculano Gomes de Silva, n.º 201 - Córrego D’Antas - Nova Friburgo - RJ - Cep: 28630220
Endereço de entrega:	Tel: (22) 2529-3388
	Ref: Estrada Friburgo - Teresópolis, km 3, subida em frente ao restaurante Toca da Raposa e a fábrica de tubos Santa Paula.



Horário de entrega e descarga: De 07:30 até às 14:30 horas - de segunda a quinta-feira (impreterivelmente).

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 02 (dois) dias, juntamente com a nota fiscal pelo (a) responsável por seu acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

5.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

5.6. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos termos do artigo 140, § 2º da Lei 14.133/2021;

5.8. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto;

5.9. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o contratante;

5.10. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas;

5.11. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias;

5.12. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento;

5.13. Uma vez notificado, o contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de retirada



do equipamento das dependências da Administração pelo contratado ou pela assistência técnica autorizada;

5.14. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do contratado, aceita pelo contratante;

5.15. Na hipótese do subitem acima, o contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos;

5.16. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do contratante ou a apresentação de justificativas pelo contratado, fica o contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos;

5.17. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do contratado;

5.18. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual;

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput);

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput);

6.2.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.2.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

6.2.3. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);



- 6.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante. (Lei nº 14.133/2021, art. 120);
- 6.3. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput);
- 6.4. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);
- 6.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º)
- 6.6. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).
- 6.7. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;
- 6.8. O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº 14.133/21;
- 6.9. Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/fiscal substituto;
- 6.10. O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 6.11. O(s) fiscal(is) designado pela contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;
- 6.12. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;
- 6.13. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.
- 6.14. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da contratante:



- 6.14.1. Atestar as faturas/notas fiscais da contratada oriundas da contratação licitada;
- 6.14.2. Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;
- 6.14.3. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;
- 6.14.4. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº 14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da contratada.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘g’, da Lei nº 14.133/2021)

7.1. A (s) Nota (s) Fiscal (is) deverá ser emitida em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23; ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

7.2. Da liquidação da despesa:

7.2.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_66_Rotina-Administrativa-NLL-141332021.html

7.3 Do pagamento da despesa:

7.3.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

7.3.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do banco, número da agência e da conta corrente, para que possibilite o contratante efetuar o pagamento do valor devido;

7.3.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação;

7.3.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive restando o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.3.5 O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal



apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei nº 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na hipótese do artigo 28, inciso I c/c o art. 17, § 2º c/c art. 78, inciso IV da Lei 14.133/2021 e art. 3º e incisos I e II do Decreto Federal nº 11.462/2023, na modalidade pregão, na forma eletrônica, por registro de preços, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

8.2. Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.2.1. SICAF;

8.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/ceis>);

8.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



8.10 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1 Habilitação Jurídica:

a – Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros



documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

j - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

k - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.12.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.2.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.2.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.2.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.2.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.2.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.



8.12.2.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.13.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.13.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.14 Qualificação Econômico-Financeira:

8.14.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.14.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.14.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.14.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.14.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.14.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de



recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.14.7 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.14.8 - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.14.9 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.14.10 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.14.11 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

8.14.12 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.14.13 - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.15 Qualificação Técnica:

8.15.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.15.2.1 - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se



decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.15.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.15.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1 Da contratada:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se



verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o contratante em caso de alteração;

9.2 Da contratante:

- a) comunicar a contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à contratada informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação;

10 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento, por parte da contratada, das obrigações assumidas no presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

11.3.1 advertência;

11.3.2 multa;

11.3.3 impedimento de licitar e contratar;

11.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.5 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.6 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.7 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.09 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.10 As sanções aqui previstas são independentes, podendo ser aplicadas isoladamente, observando-se que apenas a penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais, sem prejuízo de outras medidas legalmente cabíveis;

10.11 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21.



11 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 2.005.573,07 (dois milhões, cinco mil, quinhentos e setenta e três reais e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

12 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

Órgão/Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa
Secretaria de Educação			449052-13
	22001.0412200472.125	150010010000	449052-20
	22002.1236100572.146	155000000000	449052-11
	22003.1236500672.165	157300000000	449052-12
	22004.1236500762.182	150000000000	449052-03

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Educação.

Nova Friburgo, 31 de outubro de 2025

ELABORADOR	APOIO TÉCNICO:
Gustavo da Silva Martins Matrícula: 105.872	Márcia Irene Warol Klein dos Santos Matrícula: 105.571



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Caroline Moura Klein

Secretária Municipal de Educação

Matrícula: 990.953